



A construção da encenação argumentativa em redações com nota máxima no ENEM

Uma abordagem semiolinguística

Ana Paula Cordeiro Lacerda Franco

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil
orcid.org/0000-0002-9632-117X

Jairo Venício Carvalhais Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil
orcid.org/0000-0002-3511-9293

À luz da Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2005; 2007; 2019 [2008]), este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou a construção da encenação argumentativa em redações com nota máxima no ENEM/2018. No processo de análise, procuramos caracterizar o funcionamento da dimensão situacional das redações, bem como descrever os procedimentos semânticos e discursivos colocados em cena pelos sujeitos escritores na tessitura argumentativa dos textos e na construção do *ethos*. No tocante à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza documental e de cunho interpretativista em relação aos dados investigados. Os resultados alcançados evidenciam a existência de uma encenação retórica nas redações, sinalizando, entre outros aspectos, a aplicabilidade de conceitos propostos pela Teoria Semiolinguística no agenciamento de recursos persuasivos que, em larga medida, particularizam as múltiplas faces do processo argumentativo na produção escrita do Exame Nacional do Ensino Médio.

Palavras-chave: Semiolinguística. Encenação argumentativa. Redação. Enem.

La construcción de la escenificación argumentativa en redacciones con nota máxima en el examen Enem: un abordaje semiolinguística

Basado en la Teoría Semiolinguística del Discurso (CHARAUDEAU, 2005; 2007; 2019 [2008]), este artículo tiene el objetivo de presentar los resultados de una investigación acerca de la construcción de la escenificación argumentativa en redacciones con nota máxima en el examen Enem/2018. En el proceso de análisis, buscamos caracterizar el funcionamiento de la dimensión situacional de las redacciones, así como también describir los procedimientos semánticos y discursivos puestos en escena por los sujetos escritores en la tessitura argumentativa de los textos e y en la construcción del *ethos*. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación de carácter documental y de alcance interpretativista respecto a los datos investigados. Los resultados alcanzados evidencian la existencia de una escenificación retórica en las redacciones, señalando, entre otros aspectos, la aplicabilidad de conceptos propuestos por la Teoría Semiolinguística en el agenciamento de recursos persuasivos que, en gran medida, particularizan las múltiples facetas del proceso argumentativo en la producción escrita del Examen Nacional do Ensino Médio – Enem (Examen Nacional de la Secundaria).

Palabras-clave: Semiolinguística. Escenificación argumentativa. Redacción. Enem.

The construction of argumentative staging in A+ grade Enem essays: a semiolinguistic approach

Based on the Semiolinguistic Theory of Discourse (CHARAUDEAU, 2005; 2007; 2019 [2008]), this paper presents the results of research which analyzed the construction of the argumentative staging of A+ graded Enem essays in 2018. Throughout the analysis process, we attempted at characterizing the behavior of the argumentative device in these essays, besides describing the discursive, semantic and ethic procedures put on the scene by the subject-writers in the argumentative texture of the compositions. Regarding the methodology, this research is of documental nature and of interpretative nature when it comes to the data studied. Results point to the existence of rhetorical staging in the texts, signaling, among Other aspects, the applicability of the concepts proposed by the Semiolinguistic Theory in the agency of persuasive resources which, to a wide extent, particularize the multiple facets of the argumentative process in the written production of the National High School Exam.

Keywords: Semiolinguistics. Argumentative staging. Essay. Enem.

Introdução

A argumentação, desde a antiguidade clássica, tem despertado fascínio entre os seres humanos. Em larga medida, o seu estudo sempre estabeleceu constante diálogo com pressupostos assentados no terreno da lógica, da retórica e da dialética. Entretanto, conforme pontua Grácio (2013), é somente a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente com a publicação das obras seminais de Chaïm Perelman (2005 [1958]) e de Stephen Toulmin (2006 [1958]), que a argumentação passa a ser vista como um domínio disciplinar que reivindica para si características próprias. Sem desconsiderar a sua singularidade, é lícito afirmar que, na atualidade, a argumentação mantém estreitas relações com os estudos do texto e do discurso, haja vista a quantidade considerável de trabalhos e de autores que abordam esse fenômeno (ADAM, 2005; AMOSSY, 2005; 2010; BRONCKART, 2003; CHARAUDEAU, 2008; MAINGUENEAU, 2020).

Assim, em razão da sua relevância nas interações sociais, o domínio de habilidades e técnicas argumentativas passou a compor os textos escritos de diversos vestibulares do Brasil, por meio dos quais os candidatos ingressam nas universidades. Entre esses testes, encontra-se o ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, no qual é exigida a elaboração de uma prova de redação, cujo conteúdo deve ser desenvolvido nos limites de um texto dissertativo-argumentativo. Com tal panorama em vista, a busca por aprimorar esse tipo de escrita tornou-se recorrente, e muitas são as estratégias, dicas e estruturas disponibilizadas em escolas da educação básica, em salas específicas de ensino de redação, em cursos preparatórios para o ENEM e em canais do YouTube da internet. De forma geral, todas essas instâncias buscam oferecer aos estudantes uma fórmula eficiente e capaz de garantir êxito na elaboração do texto.

Nesse sentido, embora muitas sejam as metodologias desenvolvidas – para alunos – a fim de que uma redação “perfeita” seja elaborada, raros são os materiais voltados para a capacitação do profissional docente em relação à produção exigida pelo ENEM. Em geral, faltam conteúdos embasados em repertórios teóricos consistentes, capazes de oferecer ao professor de Língua Portuguesa parâmetros efetivos de ensino acerca das possibilidades de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo. Menos ainda são encontradas análises argumentativas relacionadas à projeção de imagens de si no espaço

textual-discursivo das redações, aspecto de primeira importância na construção persuasiva do discurso materializado nas redações.

Partindo desses apontamentos, o presente trabalho¹ objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa que analisou, à luz da Teoria Semiolinguística do Discurso, a construção da encenação argumentativa em 05 (cinco) redações com nota máxima no ENEM/2018. Os textos foram extraídos do material intitulado “A redação no ENEM 2019: cartilha do participante”, divulgado nacionalmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)².

Nas análises, procuramos caracterizar o funcionamento da dimensão situacional dos textos, aqui entendidos como atos de linguagem resultantes de uma troca comunicativa entre diferentes sujeitos interactantes. Além disso, examinamos os procedimentos semânticos e discursivos colocados em cena pelos sujeitos escritores na tessitura argumentativa das redações e na construção do *ethos*. A escolha desses procedimentos como categorias analíticas levou em consideração o fato de eles estarem vinculados ao modo argumentativo de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2019 [2008]) e, por isso, servirem como instrumentos deflagradores da encenação argumentativa nas redações. No tocante à metodologia, este artigo é fruto de uma pesquisa de natureza documental e de cunho interpretativista em relação aos dados investigados.

Do ponto de vista da organização textual, além desta introdução e das considerações finais, este artigo encontra-se estruturado em três seções. Na primeira seção, apresentamos alguns conceitos basilares da Teoria Semiolinguística, tais como processos de semiotização do mundo, sujeitos interactantes, modo argumentativo de organização do discurso e, complementarmente, a noção de *ethos* à luz dessa corrente teórica. Na segunda seção, discorreremos sobre a dimensão situacional que caracteriza a redação do ENEM. Na terceira, por sua vez, sinalizamos os resultados alcançados a partir das análises. Por último, nas considerações finais, retomamos e discutimos alguns pontos relevantes que caracterizam a encenação argumentativa de redações com nota máxima no ENEM/2018.

¹ Este artigo é fruto de pesquisa de bacharelado em Linguística do Texto e do Discurso realizada na Faculdade de Letras da UFMG. Na construção deste trabalho, os autores, em conjunto, retomaram dados da investigação e ampliaram o objeto de análise.

² As cinco redações analisadas foram extraídas da Cartilha do Participante/ENEM2019. Todos os textos receberam a nota máxima da banca avaliadora. Material disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

1 Semiologia, modo argumentativo e construção do *ethos*

A Semiologia, como teoria da significação, preocupa-se em estudar o discurso em suas múltiplas formas de manifestação. Segundo Charaudeau (2005), o discurso insere-se em cenários que objetivam relacionar os fatos de linguagem a outros fenômenos psicológicos e sociais, tais como ação e influência, o que se realiza por meio da intervenção de um sujeito que é, ao mesmo tempo, atravessado por questões de ordem social e linguística. Em razão disso, o autor francês destaca que a linguagem comporta diferentes dimensões, definidas por ele como cognitiva, psicossocial e semiótica. A primeira delas, cognitiva, envolve “saber se há uma percepção e uma categorização do mundo independentes da ação da linguagem, ou se tais processos se realizam necessariamente através da linguagem” (CHARAUDEAU, 2005, p. 12). A segunda, psicossocial, refere-se ao valor de troca dos signos e ao valor de influência dos fatos de linguagem. A terceira dimensão, semiótica, atrela-se à relação entre a construção de sentidos e a construção das formas. A linguagem, portanto, é multidimensional em sua natureza.

No bojo teórico da análise do discurso criada por Charaudeau, merece destaque a significação da palavra “semiologia”. Conforme pontua o teórico francês, o lexema “sémio” tem origem no vocábulo “sémiosis”, sinalizando a ideia de que “a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido em diferentes sistemas semiológicos”, sob o comando de um sujeito que possui, previamente, uma intencionalidade e um projeto de influência social (CHARAUDEAU, 2005, p. 13). Já a presença da palavra “linguística”, na constituição do nome da teoria, procura destacar, de acordo com Machado (2001, p. 47) “que a forma de ação pretendida pelo sujeito comunicante é, sobretudo, constituída por um material linguístico oriundo das línguas naturais”. Essa dupla articulação está a serviço da passagem de um “mundo real” a um “mundo representado”, fenômeno descrito por Charaudeau (1995; 2005) como processo de semiologização do mundo.

Sob essa perspectiva, para que a semiologização do mundo se realize, é necessário que se efetive um duplo processo: (i) de transformação e (ii) de transação. No processo de transformação, as ações praticadas por um determinado sujeito buscam transformar um “mundo a significar” em um “mundo significado”, utilizando-se, para isso, diferentes operações. Já no processo de transação, o sujeito “faz deste ‘mundo significado’ um objeto de troca com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário desse objeto” (CHARAUDEAU, 2005, p. 14). Quatro princípios fundamentais regem, portanto, o processo de transação: **(i) o princípio de alteridade:**

trata-se de um fenômeno de troca entre dois parceiros, os quais devem se reconhecer como semelhantes (tendo em comum universos de referência: saberes partilhados e finalidades: motivações comuns) ou diferentes (já que o outro só é identificável na dissemelhança); **(ii) o princípio de pertinência:** nesse princípio, “os parceiros do ato de linguagem devem poder reconhecer os universos de referência que constituem o objeto da transação linguageira” (CHARAUDEAU, 2005, p. 15), ou seja, eles devem compartilhar, porém não exatamente adotar, os saberes emergentes no ato de linguagem; **(iii) o princípio de influência:** na produção de um ato linguagem, determinado sujeito objetiva atingir seu parceiro, independentemente se for para fazê-lo agir, afetá-lo de forma emocional ou para induzir seu pensamento. Como consequência, do outro lado, o sujeito receptor-interpretante tem consciência de que é alvo dessa influência. Esse cenário proporciona a este último a possibilidade de interação, embora obrigue os parceiros a considerarem a existência de restrições à influência; **(iv) o princípio de regulação:** esse princípio mantém estreita relação com o plano de influência, tendo em vista que toda influência pode corresponder a uma contrainfluência. Engloba, de forma consciente ou não, aquilo que os parceiros conhecem sobre o ato de linguagem do qual participam.

Sob tal ótica, os processos de transformação e de transação se realizam, então, a partir de procedimentos diferentes, “embora sejam solidários um do outro, sobretudo através do princípio de pertinência, que exige um saber comum, construído precisamente ao término do processo de transformação.” (CHARAUDEAU, 2005, p. 16). Assim, evidenciar a dependência do processo de transformação para com o processo de transação implica ocorrência de mudança de orientação nos estudos acerca da linguagem. Em outros termos, a projeção de sentidos não se limita a operações de transformação de forma isolada, haja vista ser necessário, também, considerá-las no quadro situacional colocado pelo processo de transação, o qual é a base para a construção de um “contrato de comunicação” que implica o reconhecimento e a legitimação de maneira recíproca dos sujeitos que participam de uma determinada troca linguageira.

Nessa perspectiva, a validade de um ato de linguagem é condicionada à existência de um contrato que pressupõe uma intencionalidade dos sujeitos interactantes. Além disso, tal ato dependerá da identidade desses sujeitos, visará a uma influência e será portador de uma determinada proposição sobre o mundo, realizando-se em um tempo e espaço específicos. Levando em consideração os princípios de interação e de pertinência, é necessário, também, que os parceiros de uma troca comunicativa reconheçam o direito à fala, um do outro, e que possuam

saberes em comum. Ao mesmo tempo, segundo os princípios de influência e de regulação, tais parceiros valem-se também do uso de estratégias.

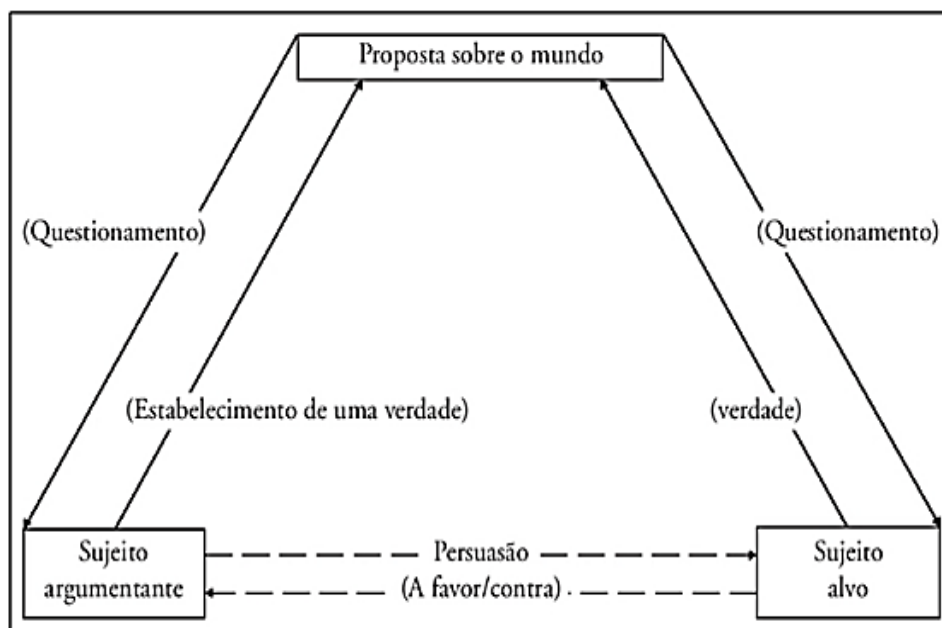
Com base nesses apontamentos, pode-se afirmar o ato de linguagem é um fenômeno que abarca, pelo menos, dois planos fundamentais: (i) o espaço do fazer, circuito externo da troca comunicativa, onde atuam os parceiros do ato de linguagem (sujeito comunicante e sujeito interpretante); (ii) o espaço do dizer, circuito interno da troca linguageira, ocupado pelos protagonistas (sujeito enunciador e sujeito destinatário). Esses circuitos, indissociáveis um do outro, constituem os atos de linguagem.

Além disso, é importante destacar, com base em Charaudeau (1995; 2005; 2019 [2008]), que o circuito externo do ato de linguagem é visto como um espaço de restrições situacionais, caracterizado pelos seguintes aspectos: identidade dos parceiros da troca, finalidade discursiva do ato de linguagem, propósito - no sentido de tematização - e circunstâncias materiais. O circuito interno (espaço do dizer) é caracterizado como um espaço de estratégias, marcado por “escolhas possíveis à disposição dos sujeitos da mise-en-scène do ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2005, p. 18). É nesse espaço que a instância de produção coloca em cena diferentes estratégias e processos, entre os quais merecem destaque os modos de organização do discurso (enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo) e seus variados recursos linguístico-discursivos.

No que concerne ao modo argumentativo, Charaudeau (2019 [2008]) postula que a argumentação é um tipo de saber que considera a experiência dos indivíduos, através de delineadas operações do pensamento que vão além das categorias linguísticas formais, o que se efetiva no contexto da organização do discurso. Para o linguista, o sujeito que se vale da argumentação parte, necessariamente, de uma explicação que objetiva a persuasão do público-alvo.

Nesse sentido, para que tal conjuntura se construa no ato de linguagem, segundo Charaudeau (2019 [2008]) é preciso, inicialmente, que exista uma proposta sobre o mundo, capaz de provocar um questionamento, em alguém, quanto à sua legitimidade. Na sequência, faz-se necessário que o interlocutor possa se engajar nesse mesmo quadro de questionamento, de maneira a potencializar um raciocínio que vise ao estabelecimento de uma verdade. Finalmente, é preciso que haja, ainda, um outro sujeito do qual se busca a adesão, visto, portanto, como um sujeito-alvo. Esse cenário interacional pode ser representado na Figura 1.

Figura 1 – A relação triangular da argumentação



Fonte: Charaudeau (2019 [2008], p. 205).

A partir desse panorama, é possível compreender alguns dos procedimentos aplicados pelo sujeito argumentante na prática da argumentação, os quais irão caracterizar a encenação argumentativa. Assim, como pontua Charaudeau (2019 [2008]), tal encenação estrutura-se por meio de procedimentos embasados nos inúmeros componentes do modo de organização argumentativo, que devem, a partir da situação e do modo através do qual o interlocutor é percebido, servir à comunicação. Esses procedimentos possuem como função primeira a validação da argumentação. Nessa seara, alguns procedimentos trabalham a favor da validade de uma argumentação, baseando-se no valor dos argumentos, sendo, então, denominados de “procedimentos semânticos”. Há, também, procedimentos discursivos que, conforme Charaudeau (2019 [2008], p. 236) consistem em utilizar “ocasionalmente ou sistematicamente certas categorias de língua ou procedimentos de outros modos de organização do discurso” para, no âmbito da argumentação, produzirem variados efeitos de persuasão.

A princípio, os procedimentos semânticos configuram-se por meio da utilização de argumentos que se fundamentam em um consenso social, em virtude de os interlocutores de um determinado grupo social e cultural partilharem específicos valores. Charaudeau (2019 [2008]) enfatiza que tais valores são agrupados em diferentes domínios de avaliação (domínio da

verdade, domínio do estético, domínio do ético, domínio do hedônico e domínio do pragmático). Nas redações analisadas, foi possível observar um apelo mais acirrado ao domínio do ético, o qual abarca os âmbitos do *bem* e do *mal* e como devem ser os comportamentos humanos frente a uma *moral externa* (sendo essas as regras impostas aos indivíduos pela legislação de consenso social) ou *interna* (aquelas regras criadas pelo próprio cidadão).

Os procedimentos discursivos, segundo Charaudeau (2019 [2008]), definem-se por meio da utilização, ocasionalmente ou sistemática, de certas categorias linguísticas ou de recursos provenientes de outros modos de organização do discurso, visando à elaboração de efeitos de persuasão por parte daquele que argumenta. Neste trabalho, para ilustrar as análises realizadas, foram contemplados os seguintes procedimentos discursivos: a *definição*, a *dedução*, a *comparação*, a *descrição narrativa*, a *citação* e a *acumulação*.

É oportuno destacar, desde já, que os procedimentos (semânticos e discursivos) estão a serviço da instância de produção do discurso e, em larga medida, podem ser vistos como mecanismos deflagradores do *ethos* do sujeito enunciador no processo de análise de um ato de linguagem. Sobre a questão das imagens de si que um determinado sujeito projeta em seu discurso (*ethos*), Charaudeau (2007) busca respaldo na antiguidade clássica para tratar o fenômeno. O teórico francês remonta a Aristóteles, quando este dividiu as provas retóricas em três categorias: *logos*, *ethos* e *pathos*. O *logos*, assentado no terreno da razão e da lógica, possibilitaria o convencimento do auditório, ao passo que o *ethos* e o *pathos*, por se valerem da projeção de imagens e de sentimentos, estariam a serviço das emoções. Para o autor francês, “[...] tanto o *ethos* quanto o *pathos* participam dessas ‘demonstrações psicológicas’ que não correspondem, como lembra Barthes, ao estado psicológico real do orador ou do auditório, mas ‘ao que o público crê [...]’” (CHARAUDEAU, 2007, p. 113). Além disso, enquanto o *pathos* volta-se para o auditório, o *ethos* relaciona-se ao orador, permitindo, então, que esse orador possa parecer fidedigno e amável quando enuncia.

Charaudeau (2007) destaca que, embora exista um antagonismo entre *ethos* prévio, ou seja, aquele definido como “o aspecto moral que o locutor, com diferentes intenções, deixa transparecer em seu discurso” (MARTINS, 2007, p. 28), e *ethos* discursivo, esse despreocupado com a sinceridade e inscrito no ato

da enunciação, o *ethos*, enquanto imagem que se une àquele que enuncia, não é uma propriedade apenas dele, mas, antes de tudo, é a imagem de que se transveste o interlocutor partindo daquilo que fala. Assim, de acordo com o linguista, o *ethos* tem relação com o entrecruzamento de olhares: “olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê” (CHARAUDEAU, 2007, p. 115). Nesse sentido, para construir a imagem do sujeito enunciador, esse outro se ancora, simultaneamente, nos dados precedentes ao discurso e naqueles originários do próprio ato de linguagem.

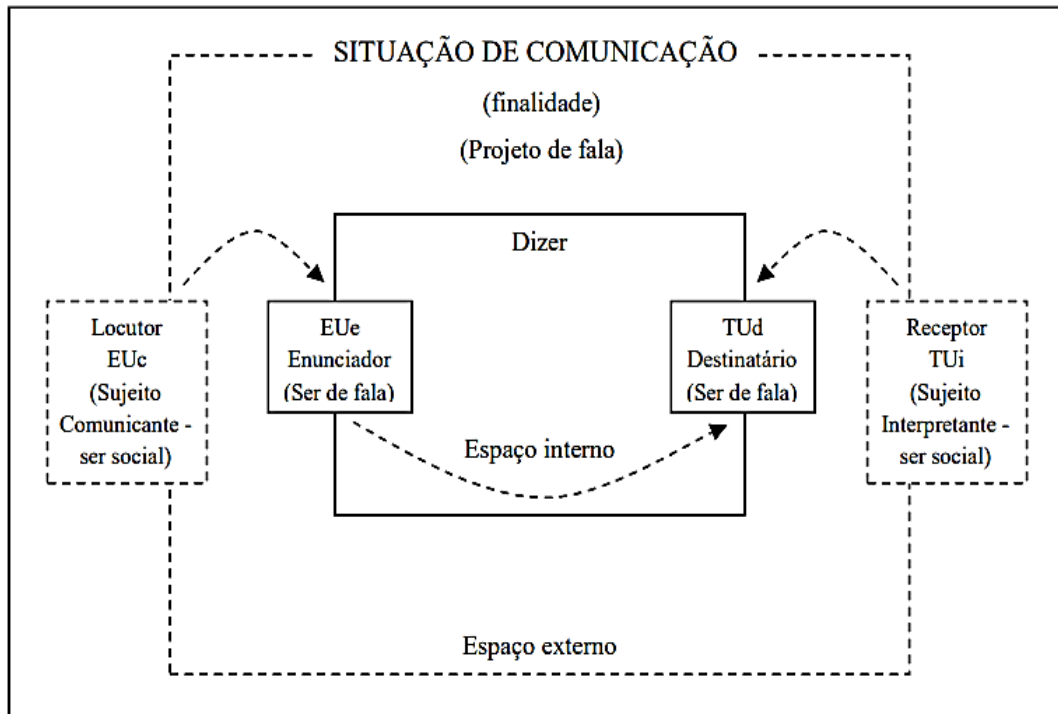
O *ethos*, a partir da perspectiva semiolinguística, é o resultado da fusão das duas identidades do sujeito: a social (inerente ao locutor) e a discursiva (relacionada ao enunciador). A primeira é aquela que proporciona o direito à fala, permitindo certa legitimidade ao sujeito comunicante em virtude do papel que lhe é atribuído numa situação de comunicação específica. Já na identidade discursiva, o sujeito elabora para si uma imagem daquele que enuncia, atendo-se “aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir” (CHARAUDEAU, 2007, p. 115). Logo, na análise de um ato de linguagem, o sentido emanado pelas palavras emitidas dependerá, ao mesmo tempo, daquilo que o sujeito efetivamente é e daquilo que ele projeta e sustenta em seu discurso.

Com esse panorama em vista, como bem pontua Amossy (2005, p. 9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.”. Na pesquisa realizada, da qual este artigo é resultado, a análise textual-discursiva do *ethos* do sujeito enunciador, no espaço das redações, foi guiada por meio do emprego de procedimentos semânticos e discursivos.

2 A dimensão situacional da redação do ENEM

A Semiolinguística postula que a construção de sentidos, mediante qualquer ato de linguagem, procede de um sujeito que se dirige a outro sujeito, dentro de uma situação de intercâmbio específica. Essa situação, de natureza contextual, sobredetermina parcialmente a seleção de recursos linguageiros que podem ser usados em determinados gêneros discursivos (CHARAUDEAU, 2019 [2008]). Tendo em vista esses apontamentos, apresentamos, na sequência, a figura que representa o ato de linguagem e os sujeitos de que dele participam em uma troca comunicativa.

Figura 2 – Os circuitos externo e interno de um ato de linguagem



Fonte: Charaudeau (2019 [2008], p. 52).

Importante retomar, com base na teoria Semiolinguística, que um ato de linguagem é um fenômeno que combina o dizer e o fazer, articulados em um duplo circuito comunicativo – circuito externo (fazer) e circuito interno (dizer) – indissociáveis um do outro. O fazer é o lugar da instância situacional em que atuam os parceiros – sujeitos comunicante e interpretante – que são os seres sociais da troca. Por seu turno, o dizer é o lugar da encenação do discurso, do qual participam os protagonistas - sujeito enunciatador e sujeito destinatário – que são os seres da palavra (OLIVEIRA, 2018).

No tocante ao objeto de estudo deste artigo, nota-se um sujeito que participa da *mise-en-scène* discursiva que envolve a produção escrita no ENEM. Assim, relativamente à instância de produção, é possível notar a presença de duas figuras: a) um sujeito comunicante (EUC), ser empírico e social, situado no circuito externo do dizer; b) um sujeito enunciatador (EUE), protagonista do ato de linguagem, situado, por sua vez, no espaço interno da enunciação. Aplicando essas categorias ao objeto de estudo da pesquisa realizada (redação do ENEM), é plausível afirmar que, na situação avaliativa da prova escrita do ENEM, o sujeito comunicante (EUC) é representado, coletivamente, por todos os candidatos (sujeitos empíricos e sociais) que, efetivamente, participaram do exame.

No momento da realização da prova, esse sujeito comunicante, submetido a um contrato de comunicação que rege a situação avaliativa em questão, passa de figura empírica para figura discursiva. A esse sujeito é dado o direito à fala, cabendo a ele, no universo textual-discursivo da redação, gerenciar informações e argumentos em defesa de uma proposta sobre o mundo, com vistas à defesa da tese apresentada. De acordo com a teoria Semiolinguística, no âmbito do modo argumentativo de organização do discurso, é possível denominador o sujeito enunciador (EUe) como “sujeito argumentante”.

A produção de um texto, conforme propõe Oliveira (2018), não é um ato isolado e solitário, mas uma prática discursiva em que o interlocutor também faz parte da construção dos sentidos. Sob esse prisma, Charaudeau (2019 [2008], p. 52) esclarece que todo ato de linguagem “resulta de um jogo entre o implícito e o explícito e, por isso: (i) vai nascer de circunstâncias de discurso específicas; (ii) vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação”. Desse modo, ao construir a sua redação, o sujeito argumentante considera diferentes representações sobre a banca avaliadora que irá “corrigir” o seu texto.

Essa banca, no âmbito da situação comunicativa proposta, é representada pelo sujeito destinatário (TUd), o qual pode ser entendido como uma entidade interna ao circuito linguageiro. Trata-se, na verdade, da figura discursivamente idealizada do “professor avaliador”, a quem caberá o processo de leitura e a atribuição de nota à redação produzida. A representação construída sobre o sujeito destinatário (TUd) constitui uma importante referência para o sujeito argumentante no ato de escrita, uma vez que, em função dessa imagem (e, obviamente do tema proposto para a redação), diferentes recursos composicionais e linguísticos poderão ser acionados como estratégias retóricas na busca da persuasão.

Ainda no campo da recepção, além da figura do (TUd), também faz parte do ato de linguagem o sujeito interpretante, denominado pela Semiolinguística como (TUi). No contexto situacional da prova de redação do Enem, esse sujeito representa o universo de leitores empíricos, aqui entendido com o vasto conjunto daqueles que, após a divulgação da nota da prova e da liberação do “espelho de correção”, poderá, por motivos e interesses variados, ter acesso ao texto efetivamente produzido e avaliado. No âmbito social, portanto, o sujeito interpretante (TUi) é representado, de forma compósita, por professores da educação básica, estudantes do Ensino Médio, pais e mães de estudantes e produtores de manuais didáticos, apenas para citar algumas possibilidades. Assim,

conforme propõe a Teoria Semiolinguística, a significação discursiva decorre da articulação entre o circuito externo e o circuito interno, instâncias presentes nos múltiplos atos languageiros presentes na sociedade.

Além da identidade social e discursiva dos sujeitos externos e internos que participam da troca comunicativa (quem fala com quem?), um ato de linguagem está submetido a restrições situacionais diretamente relacionadas ao contrato comunicacional. Esses componentes englobam: (i) a finalidade discursiva (estamos aqui para dizer o quê?); (ii) o propósito/a tematização (de que se trata?); (iii) as circunstâncias materiais que regem a comunicação (troca dialogal ou monologal, canal oral ou gráfico, presença ou ausência dos interlocutores etc).

Baseando-nos em Charaudeau (2019 [2008]), é possível afirmar que o propósito (tematização do ato de linguagem) envolve as restrições temáticas e textuais exigidas dos candidatos na proposta de produção escrita da prova, as quais estabelecem os percursos comunicacionais a serem seguidos pelo sujeito-escritor. No que se refere à finalidade da troca, representada por meio de visadas discursivas na redação do ENEM, foi possível observar que esse fenômeno envolve, majoritariamente, duas principais intenções pragmáticas: a visada de incitação (fazer crer), marcada por meio de estratégias textuais voltadas para a persuasão, e a visada de informação (fazer-saber), já que boa parte do texto dissertativo-argumentativo no padrão ENEM se apropria da existência, do surgimento ou da explicação de fatos para estruturar-se. No que concerne às circunstâncias materiais da troca, tal processo efetiva-se por meio de uma situação comunicativa monologal, tendo em vista que o sujeito argumentante não interage, em tempo real, com o seu interlocutor. Por fim, as circunstâncias materiais que orientam a prática discursiva na prova abarcam o código verbal da língua portuguesa, o qual conduzirá o escritor na produção de um texto também verbal, em uma folha cujo espaçamento compreende 30 linhas, e será destinado a um interlocutor/corretor, que avaliará o conteúdo produzido por aquele em uma atividade não interlocutiva.

A proposta de redação do ENEM/2018 apresentou como tema a “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”. Nos textos que obtiveram a nota máxima nesse ano, foi possível verificar a ocorrência dos elementos que caracterizam o “dispositivo argumentativo” que sustenta a configuração persuasiva das redações (CHARAUDEAU, 2019 [2008]). Esse dispositivo expõe uma proposta sobre o mundo - referente a um assunto de

natureza polêmica -, uma proposição marcada por posicionamento do sujeito e um quadro de persuasão relacionado à temática abordada pelo ENEM/2018.

A proposta coloca em cena teses de que a aplicação dos algoritmos e os mecanismos de manipulação de dados desenvolvidos são uma prática negativa na atualidade, uma vez que o crescente volume desses recursos implica mudanças e controle dos hábitos e da informatividade dos usuários. A partir disso, o sujeito argumentante coloca em cena suas proposições, posicionando-se favoravelmente à proposta apresentada, construindo, na sequência, um quadro de persuasão destinado a comprová-la. Esse quadro apresenta argumentos e uma proposta de intervenção, os quais, conjuntamente, funcionam como estratégias retórico-discursivas a serviço da defesa do que, inicialmente, foi apresentado nas teses.

Por fim, atravessando todas essas estratégias e perspectivas, o *ethos* do candidato é construído discursivamente, configurando-se de inúmeras formas em cada uma das unidades de informação que constituem o texto (introdução, desenvolvimento e conclusão). Na próxima seção, apresentamos os resultados relacionados à construção da encenação argumentativa nas redações analisadas. Nessa empreitada, evidenciamos a ocorrência dos procedimentos semânticos e discursivos presentes na materialidade das redações e, a partir disso, sinalizamos diferentes formas de projeção do *ethos* do sujeito argumentante na tessitura argumentativa dos textos.

3 A encenação argumentativa em redações do ENEM/2018

Esta seção destina-se à apresentação de análises relacionadas aos processos de construção da encenação discursiva em redações que obtiveram nota máxima no ENEM/2018. No quadro 01, a seguir, apontamos quantitativamente as ocorrências do emprego de procedimentos semânticos e discursivos nas introduções das cinco redações analisadas, bem como a projeção de diferentes *ethé* por parte dos sujeitos argumentantes no plano discursivo dos textos. No Quadro 1, a partir de exemplo extraído das análises, ilustramos qualitativamente o fenômeno, mostrando a relação estabelecida entre os procedimentos utilizados e a construção das imagens de si na materialidade das redações.

Quadro 1 – A encenação argumentativa nos parágrafos de introdução

Encenação argumentativa	Descrição dos procedimentos utilizados e dos ethé identificados	Percentuais de ocorrência	
Procedimentos semânticos	Valores – domínio do ético	50,00	100%
	Valores – domínio da verdade	31,81	
	Valores – domínio do pragmático	18,19	
Procedimentos discursivos	Acumulação informacional	36,85	100%
	Descrição narrativa	31,57	
	Uso de definição	21,06	
	Uso de comparação	10,52	
Ethé identificados	<i>Ethos</i> de descontentamento	31,80	100%
	<i>Ethos</i> de erudição	22,72	
	<i>Ethos</i> de apreciação	13,64	
	<i>Ethos</i> de proatividade	9,10	
	<i>ethos</i> de aconselhamento	4,55	
	<i>Ethos</i> de assertividade	4,55	
	<i>Ethos</i> de altruísmo	4,55	
	Outros ethé identificados	13,64	

Fonte: elaboração dos autores

Ao verificarmos os procedimentos semânticos mais recorrentes nas introduções, observa-se a predominância de argumentos assentados no domínio do ético, os quais correspondem a 50% das ocorrências, já que, nessa unidade informacional (introdução), o candidato, no papel de sujeito argumentante, problematiza o tema e sinaliza, predominantemente, um juízo de valor negativo sobre ele, aspecto basilar que caracteriza esse procedimento semântico.

Esse fenômeno é, muitas vezes, resultante da sobreposição de ideias nas unidades de introdução. Dessa forma, o sujeito argumentante coloca em destaque o tema proposto e tece críticas sobre ele, valendo-se de uma estratégia de ampliação argumentativa, materializada nas redações por meio do procedimento discursivo denominado “acumulação”, totalizando 36,85% das ocorrências. Essa ampliação, por se valer de uma sequenciação de argumentos, tende a conduzir o leitor para uma determinada conclusão/inferência, o que pode colaborar para sua persuasão.

Nesse cenário, o *ethos* projetado majoritariamente pelo sujeito argumentante é o de *descontentamento*, presente em 31,80% dos parágrafos de introdução, haja vista as perspectivas de insatisfação levantadas pelos candidatos na encenação argumentativa. Essas estratégias, vale enfatizar, são altamente profícuas na parte

inicial dos textos, tendo em vista que, ali, materializa-se, também, a opinião do sujeito argumentante, um dos objetivos da prova de redação do ENEM. Além das questões relacionadas ao contexto de produção da redação, pode-se dizer que, no plano textual, é justamente a partir dessa unidade de informação que o *contrato de comunicação* proposto pelo modo argumentativo de organização discursiva (CHARAUDEAU, 2019 [2008]) é acionado, já que o sujeito argumentante, ao abrir o seu texto, visa promover condições mínimas de interação que possibilitem a validade e a perpetuação do ato de linguagem.

O excerto a seguir corresponde ao parágrafo introdutório de uma das redações com nota máxima no ENEM/2018³ e, nele, é possível verificar, de forma ilustrativa, algumas das ocorrências identificadas. Para maior clareza das análises, o parágrafo foi dividido em unidades menores de informação, marcadas por sinalização alfanumérica.

1-[O advento da internet possibilitou um avanço das formas de comunicação e permitiu um maior acesso à informação.] 2-[No entanto, a venda de dados particulares de usuários se mostra um grande problema.] 3-[[a]Apesar dos esforços para coibir essa prática, [b] o combate à manipulação de usuários por meio de controle de dados representa um enorme desafio.]] 4-[Pode-se dizer, então, que a negligência por parte do governo e a forte mentalidade individualista dos empresários são os principais responsáveis pelo quadro.]

A unidade informacional [1] coloca em cena uma informação assentada no domínio da *verdade*, já que, conforme postula Charaudeau (2008 [2019]), o sujeito argumentante constrói um enunciado voltado para a explicação de um fenômeno no mundo: “a ascensão da internet”. Tal estratégia foi apresentada por meio do procedimento discursivo denominado *descrição narrativa*, colocando em cena um fato contemporâneo, com a finalidade de produzir uma prova irrefutável em um dos trechos mais importantes da redação: a contextualização temática que servirá de apoio para todo o texto. Ao agir dessa forma, o sujeito argumentante reivindica para si um *ethos de erudição*, tendo em vista a capacidade cognitiva de aplicar um repertório sociocultural a favor de sua argumentação, levando o sujeito destinatário, portanto, a compartilhar da ideia de que ele (candidato) é culto, sábio, erudito e, conseqüentemente, detentor de conhecimentos aprofundados sobre o tema da redação.

³ A redação que ilustra as análises realizadas é de autoria de Matheus Martins Wengenroth Cardoso e recebeu a nota máxima no ENEM/2018. Esse texto pode ser acessado em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf.

A unidade informacional [2] é marcada por valores pertencentes ao domínio do *ético*, procedimento semântico proposto por Charaudeau (2008 [2019]). Isso ocorreu na maioria dos parágrafos de introdução, sinalizando que o sujeito argumentante coloca em cena sua perspectiva crítica e negativa acerca da venda de dados particulares por parte dos usuários da internet, fato que endossa um valor cuja essência é danosa aos cidadãos imersos nesse cenário, característica elementar desse procedimento. Para fortalecer essa ideia, o sujeito utiliza-se da estratégia de *definição*, tendo em vista a apresentação, no enunciado, de uma categoria de qualificação do evento “venda de dados”, ferramenta argumentativa utilizada, na formulação do discurso, para produzir um efeito de evidência e de saber sobre o fenômeno no mundo. Logo, como resultado dessas sistematizações, mais uma vez o sujeito argumentante projeta um *ethos de descontentamento*, pois é clara sua insatisfação ao definir o contexto social por ele apresentado.

A unidade informacional [3], subdividida nos enunciados (a) e (b), revela uma variada apresentação de procedimentos. Em (a), nota-se a emergência semântica de um valor relativo ao domínio do *pragmático*, já que, ao apontar a falha dos esforços aplicados, mensura-se, em alguma medida, os resultados das ações humanas. Aqui, como destaca Charaudeau (2008 [2019]), o argumento é colocado como consequência de uma ação, o que também é denominado como domínio do interesse. Tal procedimento, construído por meio de uma *descrição narrativa*, faz aflorar um *ethos de proatividade*, haja vista que o sujeito argumentante atesta a tentativa de modificação do problema, ainda que isso não aconteça. Por sua vez, (b) coloca em cena o domínio do *ético*, já que critica, por meio de perspectiva argumentativa negativa, que a manipulação do comportamento do usuário caracteriza-se como um “enorme desafio”. Como procedimento discursivo, o enunciado pauta-se na *definição* ao caracterizar o cenário da manipulação como um problema social. Nesse sentido, o recurso etótico identificado, mais uma vez, é o *descontentamento*, sendo visível, na materialidade textual, o desgosto do sujeito ao fazer referência a esse recorte temático.

Por fim, a unidade informacional [4] encena o domínio do *ético*, haja vista que, nesse trecho, o candidato apresenta seu posicionamento sobre a origem do problema, ou seja, sinaliza a sua tese, a partir da qual desenvolverá todo o seu texto. Para isso, ele se vale do procedimento discursivo de *acumulação*, uma vez que tal estratégia pauta-se na aplicação de uma sequência de argumentos para servir a uma só prova. Nesse jogo argumentativo, é possível notar que o sujeito argumentante projeta um *ethos de acusação*, porque, ao levantar duas causas para

o problema “manipulação” em sua tese, volta-se para uma perspectiva crítica de imputação.

Dando continuidade às análises, expomos, na sequência, as ocorrências de emprego dos procedimentos semânticos e discursivos nos parágrafos de desenvolvimento das cinco redações analisadas. Em seguida, apontamos o impacto desses recursos na encenação argumentativa e sinalizamos os principais *ethé* identificados nos parágrafos de desenvolvimento das redações com nota máxima no ENEM/2018. Cumpre registrar, desde já, que todas as redações examinadas apresentaram, em sua composicionalidade, dois parágrafos de desenvolvimento.

Quadro 2 – A encenação argumentativa nos parágrafos de desenvolvimento

Encenação argumentativa	Descrição dos procedimentos utilizados e dos <i>ethé</i> identificados	Percentuais de ocorrência	
Procedimentos semânticos	Valores – domínio do ético	65,92	100%
	Valores – domínio da verdade	31,81	
	Valores – domínio do pragmático	2,27	
Procedimentos discursivos	Descrição narrativa	35,72	100%
	Acumulação informacional	33,34	
	Uso de citação	21,42	
	Uso de definição	9,52	
<i>Ethé</i> identificados	<i>Ethos</i> de justificação	19,24	100%
	<i>Ethos</i> de assertividade	17,30	
	<i>Eethos</i> de erudição	17,30	
	<i>Ethos</i> de fiscalização	9,62	
	<i>ethos</i> de valoração	9,62	
	<i>Ethos</i> de descontentamento	9,62	
	<i>Ethos</i> de didaticidade	7,70	
	Outros <i>ethé</i> identificados	9,60	

Fonte: Elaboração dos autores

Nos parágrafos de desenvolvimento, observa-se que a maior parte das unidades informacionais (65,92%) apresenta argumentos cujos valores assentam-se sobre o domínio do ético, já que, em boa parte delas, há retomada da problematização feita na introdução, caracterizada, em geral, por meio de uma crítica feita ao tema da prova ou, ainda, por um breve posicionamento sobre o tema de forma indiscriminada (nem positivo nem negativo). Tal posicionamento, vale destacar, ocorreu majoritariamente na abertura dos parágrafos do desenvolvimento, revelando o objetivo estratégico do sujeito argumentante no

sentido de introduzir o recorte temático para, na sequência, apresentar diferentes recursos argumentativos.

Assim, nos parágrafos de desenvolvimento das redações analisadas, atuou como protagonista o procedimento discursivo da *descrição narrativa*, o qual esteve presente em 35,72% das unidades informacionais. Essa é uma estratégia relevante, pois apresenta uma perspectiva do sujeito argumentante por meio de um fato ou de uma história narrada, de maneira a reforçar uma prova ou produzi-la. Nas unidades informacionais em que esse recurso esteve presente, foi possível notar a exposição de um ponto de vista ou de um fato social, cuja finalidade estava atrelada à produção ou ao reforço de uma prova.

É importante ressaltar que, nas redações com nota máxima no ENEM, o espaço destinado ao desenvolvimento argumentativo (parágrafos centrais), em geral, apresenta maior pluralidade de estratégias argumentativas (em comparação aos parágrafos de introdução e de conclusão, por exemplo). A partir disso, diferentes *ethé* foram identificados nas análises, com predominância, no entanto, do *ethos* de *justificação*, presente em 19,24% das ocorrências. Isso se deve, em larga medida, ao agenciamento estratégico do sujeito argumentante no sentido de apresentar provas capazes de sustentar a tese apresentada nos parágrafos de introdução.

Para comprovar esses dados, apresentamos, a seguir, o primeiro parágrafo de desenvolvimento da redação que ilustra as análises realizadas. Esse parágrafo, cumpre frisar, foi extraído da mesma redação que serviu de exemplo às análises anteriores.

1-[Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater a venda de dados pessoais e a manipulação do comportamento nas redes.] 2-[Segundo o pensador Thomas Hobbes, o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil.] 3-[Devido à falta de atuação das autoridades, grandes empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários e vender informações pessoais para empresários que desejam direcionar suas propagandas.] 4-[Dessa forma, a opinião dos consumidores é influenciada, e o direito à liberdade de escolha é ameaçado.]

Na unidade informacional [1], o sujeito argumentante lança mão de valores associados ao domínio do ético. Nota-se que, nesse trecho, há uma menção clara à falta de ação governamental, evidenciando um juízo de valor diretamente relacionado às formas (ausentes) de atuação do poder público, característica marcante desse procedimento semântico. Após problematizar a questão sob uma

perspectiva ética, o sujeito argumentante faz uso de uma *descrição narrativa*, recurso protagonista nos parágrafos de desenvolvimento da redações analisadas, uma vez que, por meio desse procedimento, apresenta-se um fato para, na sequência, construir uma prova. Conseqüentemente, a imagem de si projetada pelo candidato enquadra-se na categoria de *denúncia*, pois a abertura dos parágrafos de desenvolvimento, na maior parte das redações, compõe-se de enunciados que buscam apontar culpados para o problema-tema da redação do ENEM/2018. Nesse caso, cumpre registrar que as acusações são direcionadas ao âmbito governamental.

A unidade informacional [2], além de dar sequência à unidade anterior, amplia a perspectiva crítica do sujeito argumentante por meio de procedimento semântico relacionado ao domínio da *verdade*, haja vista que, por meio da fala de uma autoridade (o filósofo Thomas Hobbes), um fenômeno no mundo é ilustrado. Ao procedimento semântico em questão, soma-se o recurso discursivo da citação que, na proposta de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), recebe o nome de argumento de autoridade. Ao selecionar essa outra voz para a constituição do seu texto, o sujeito argumentante não só explora o prestígio da autoridade convocada, como também demarca, em seu texto, o uso de repertório sociocultural legitimado. Agindo dessa maneira, o sujeito reivindica para si, mais uma vez, o *ethos de erudição*, uma vez que seleciona e interpreta, estrategicamente, um conhecimento filosófico capaz de sustentar o seu projeto de persuasão.

Na unidade informacional [3], o sujeito argumentante, mais uma vez, opera a partir de valores assentados no domínio do *ético*, destacando a ineficiência governamental no que diz respeito à manipulação no ambiente virtual. No âmbito linguístico, observa-se a aplicação de uma *descrição narrativa*, já que há um fato – governo inerte – e sua consequência: “empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários”. Esse percurso resulta na projeção de um *ethos de justificação* – imagem de sujeito argumentante com maior índice de ocorrência nos parágrafos de desenvolvimento.

Na unidade informacional [4], o candidato encerra seu parágrafo argumentativo reforçando o recorte temático proposto pelo ENEM e, por se tratar de um problema, coloca em cena, novamente, um valor relativo ao domínio do *ético*. Isso é feito por meio do procedimento discursivo de *definição*, já que essa estratégia, no trecho em questão, produz um efeito de evidência e de saber. Assim, o *ethos* projetado pelo sujeito argumentante é o *de assertividade*, ao retomar a perspectiva crítica defendida

na abertura de seu parágrafo. Feitas essas considerações, apresentamos, na sequência, as estratégias que caracterizam a encenação argumentativa nos parágrafos destinados às conclusões das redações analisadas.

Quadro 3 – A encenação argumentativa nos parágrafos de conclusão

Encenação argumentativa	Descrição dos procedimentos utilizados e dos ethé identificados	Percentuais de ocorrência	
Procedimentos semânticos	Valores – domínio do pragmático	51,06	100%
	Valores – domínio do ético	31,92	
	Valores – domínio da verdade	17,02	
Procedimentos discursivos	Acumulação informacional	48,27	100%
	Descrição narrativa	17,25	
	Uso de definição	13,80	
	Uso de dedução	13,80	
	Uso de comparação	3,44	
	Uso de citação	3,44	
Ethé identificados	<i>Ethos</i> de didaticidade	25,00	100%
	<i>Ethos</i> de aconselhamento	20,45	
	<i>Ethos</i> de cidadania	13,63	
	<i>Ethos</i> de otimismo	11,38	
	<i>Ethos</i> de avaliação	9,09	
	<i>Ethos</i> de justificação	6,82	
	Outros ethé identificados	13,63	

Fonte: elaboração dos autores

Nas conclusões, diferentemente do que predomina na abertura dos demais parágrafos do texto, aparece o desejo do sujeito argumentante de modificar o contexto problemático apontado nos parágrafos precedentes da redação. Por esse motivo, foi possível notar o emprego de procedimentos semânticos relativos ao domínio do pragmático, presente em 51,06% das unidades informacionais que constituem as conclusões. O domínio do pragmático consiste em mensurar os projetos e os resultados das ações dos homens “em função das necessidades racionais dos sujeitos agentes que os realizam (mesmo que tenham de passar por estágios desagradáveis)” (CHARAUDEAU, 2019 [2008], p. 232). Aqui, o argumento é colocado como consequência de uma ação, denominado também como domínio do interesse, por isso é basilar para a construção das propostas de intervenção.

Como procedimento discursivo mais evidente, ganha destaque a *acumulação*, aparecendo em 48,17% das unidades informacionais. No parágrafo de conclusão, em razão da elaboração das propostas sociais interventivas, o sujeito argumentante

necessita apontar caminhos para que os problemas apresentados no desenvolvimento da redação sejam minimizados. Esse é, portanto, um processo trabalhoso, que envolverá diferentes habilidades argumentativas capazes de orientar a persuasão. Nesse sentido, pode-se entender o recurso da *acumulação* como uma espécie de lista que abarca diferentes processos argumentativos.

Assim, diante desse cenário, nota-se que o sujeito argumentante projeta de si um *ethos de didaticidade*, o que ocorreu em 25% das unidades informacionais – maior parte das ocorrências –, pois, no parágrafo da conclusão, orientações são delimitadas para determinado agente, de modo que esse agente possa executar as ações propostas. Com isso, nota-se que há um percurso didático elaborado pelo candidato na conclusão do texto, o que caracteriza a imagem de um sujeito instrutor, que planeja, organiza e mobiliza informações.

O excerto apresentado na sequência corresponde à primeira parte do parágrafo de conclusão da redação analisada e, nesse trecho, é possível identificar algumas das ocorrências mencionadas.

1-[Inferese, portanto, que assegurar a privacidade e a liberdade de escolha na internet é um grande desafio no Brasil.] 2-[[a] Sendo assim, o Governo Federal, como instância máxima de administração executiva, [b] deve atuar em favor da população, [c] através da criação de leis que proibam a venda de dados dos usuários, [d] a fim de que empresas que utilizam essa prática sejam punidas e a privacidade dos usuários seja assegurada.]]

Na unidade informacional [1], observa-se a presença de valor relacionado ao domínio do ético, já que, nesse trecho, um comportamento humano positivo é evocado, ou seja, há um juízo de valor que envolve a futura atuação do Brasil, característica que constitui esse procedimento semântico. Nessa primeira unidade informacional, esse valor semântico se materializa textualmente por meio do procedimento discursivo de *dedução* – pois um modo de raciocínio que espera um efeito – a privacidade e a liberdade – foi estabelecido. Em virtude desse contexto, um *ethos de avaliação* é projetado pelo enunciador (sujeito argumentante), uma vez que a conclusão a que se chega resulta dos problemas delineados no desenvolvimento do texto (assegurar privacidade e liberdade).

A encenação presente na unidade informacional [2] apresenta em [a] o domínio *da verdade*, já que, ao descrever a função do Governo Federal, um fenômeno no mundo é evidenciado, caracterizando, inquestionavelmente, o procedimento discursivo de *definição*. Logo, o *ethos* projetado configura-se como o de *justificação*, pois é necessário, para promover a persuasão, comprovar a

relevância desse segmento governamental. Em [b] e [c], notam-se valores relacionados ao domínio do *pragmático*, tal como ocorreu na maioria das unidades informacionais dos parágrafos de conclusão. O sujeito argumentante, ao exigir uma atuação em favor da população por meio da criação de leis, sinaliza orientações práticas e, ao mesmo tempo, cria projeções, tal como destaca Charaudeau (2019 [2008]). Assim, os procedimentos discursivos e o *ethos* que se configuram em [b] e [c] são, respectivamente, o de *acumulação*, ao observarmos a sequenciação das intervenções sugeridas, e o *ethos de didaticidade*, em razão das orientações projetadas pelo candidato. Em [d], nota-se a convocação de valor relacionado do mundo *ético*, haja vista que o sujeito argumentante encena sua perspectiva crítica acerca da punição das empresas em benefício dos cidadãos brasileiros. Tal procedimento se concretiza, no texto, por meio da *acumulação* de informações e projeta, para o sujeito argumentante, um *ethos de justiça*, o que é claramente perceptível no trecho que exige a penalização das instituições a favor da sociedade e do Brasil.

Considerações finais

A argumentação é um fenômeno que atravessa e constitui a linguagem humana e, por isso, se materializa de diferentes formas nos textos e discursos que circulam na sociedade. Ao analisarmos as práticas argumentativas que caracterizam as redações com nota máxima no ENEM/2018, foi possível observar dois aspectos centrais que, nestas considerações, merecem ser destacados. Num primeiro momento, notamos que o alto desempenho dos candidatos na prova de redação efetivou-se porque os textos atendem, de forma plenamente satisfatória, às exigências da banca avaliadora do ENEM. Nesse sentido, as produções textuais sinalizaram excelente domínio da norma padrão escrita da Língua Portuguesa, foram estruturadas em conformidade com a tipologia dissertativo-argumentativa, demonstraram um emprego variado, pertinente e legítimo de repertório sociocultural, atestaram conexão adequada entre as unidades informacionais no plano textual e apresentaram, ao final, uma proposta de intervenção completa, concreta e construída a partir do respeito aos direitos humanos.

Num segundo momento, as análises revelaram que, além de as redações apresentarem uma encenação argumentativa atrelada ao plano retórico do *logos* (presença de estrutura argumentativa, uso de procedimentos linguísticos, discursivos e semânticos), os textos também evidenciam, em larga medida, a projeção do *ethos* no discurso. Dito de outra forma, se, por um lado, as estratégias

argumentativas da ordem do *logos* estão a serviço das exigências do ENEM, por outro, elas indiciam a discursivização de diferentes *ethé* no plano textual das redações.

Assim, com base na abordagem semiolinguística proposta por Charaudeau (1995, 2005, 2007, 2019 [2008]), verificamos que a encenação argumentativa resulta, em grande parte, da fusão de identidades do/a candidato/a: a social (inerente ao sujeito comunicante) e a discursiva (relacionada ao sujeito enunciador). Em outros termos, ao tomar a palavra no momento de elaboração dos textos, a instância de enunciação, representada por um sujeito argumentante, aciona uma gama variada de procedimentos semânticos e discursivos e, a partir disso, projeta diferentes imagens de si. Sob essa perspectiva, a construção do *ethos* funciona como estratégia de primeira importância no empreendimento retórico e persuasivo dos textos analisados.

Por fim, cumpre salientar que os resultados apresentados neste trabalho podem, em alguma medida, contribuir para o ensino da produção escrita em sala de aula e, mais especificamente, para uma reflexão teórico-metodológica sobre as múltiplas faces do processo argumentativo em redações. Desde a retórica clássica, os atos languageiros que buscam o convencimento e a persuasão precisam considerar não apenas os meios e provas derivados de argumentos verdadeiros ou prováveis, assentados no terreno da razão (*logos*), mas também os mecanismos que visam suscitar as emoções do auditório (*pathos*) e, como demonstraram as análises, a projeção de imagens de si no discurso (*ethos*).

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **La linguistique textuelle**: introduction à l'analyse textuelle des discours. Paris: Armand Colin, 2005.
- AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. 3.ed. Paris: Armand Colin, 2010.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no ENEM 2019**: cartilha do participante. Brasília, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf. Acesso em: 07 dez. 2021.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. Tradução: Anna Raquel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick Une analyse sémiolinguistique du discours. **Langages**, Paris, n. 117, p. 96-111, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GAVASSI, Sigrid. **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-29.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coordenação da equipe de tradução: Ângela Maria da Silva Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2019 [2008]).

GRACIO, Rui Alexandre. **Vocabulário crítico de argumentação**. Prefácio de Rui Pereira. Coimbra: Grácio Editor, 2013.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 39-61

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. *Ethos, gêneros e questões identitárias*. **DELTA**, São Paulo, v. 23, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/29579/20607>. Acesso em: 10 mai. 2022

OLIVEIRA, Jairo Venício Carvalhais. Análise enunciativa do discurso de divulgação científica na mídia impressa. **Revista E-Hum**, Belo Horizonte, v. 11, p. 1-20, 2018.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. 2 ed. Tradução: Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006.